

TRABALHO E GÊNERO: O PESO DO DESLOCAMENTO ENTRE DOIS MUNDOS

Sara Blandina de Alcântara Rodrigues
Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe-UFS
Bolsista da CAPES
s.blandina@hotmail.com.br

Resumo

A apropriação do espaço público pelas mulheres, sem o devido movimento contrário do homem ao privado e sua valorização reservou às mulheres o grande desafio de transitar entre os dois mundos, conciliando longas jornadas de trabalho. O presente trabalho pretende, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, analisar as relações de gênero no desenrolar desse processo e o sobrepeso destinado ao feminino, retomando a organização social patriarcal e a divisão sexual do trabalho como elementos fundamentais para construção do público, do privado e de distintas funções sociais.

Palavras-Chave: Divisão Sexual do Trabalho. Gênero. Patriarcal. Público-Privado.

INTRODUÇÃO

Na vida social são reproduzidos acriticamente ou de forma naturalizada comportamentos e discursos pelos sujeitos sociais que manifestam a carga histórica de desvalorização do feminino e de poder do masculino. Sobre essa afirmativa, muitos podem entendê-la como algo muito distante ou como situação que já foi superada por meio dos grandes avanços e conquistas das mulheres com a igualdade de direitos.

Os resquícios de um modelo de exploração e opressão de gênero permanecem imbricados na formação dos sujeitos e nas relações sociais. Não precisamos ir longe para uma simples constatação. As marcas históricas estão presentes nas tentativas de associação naturalizada da mulher às atividades domésticas, cuidado e responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos filhos, pela manutenção da ordem no lar, pelo bem estar ou ruína do matrimônio, assim como, no espaço público, estão predominantemente em funções que aproveitam suas características ditas naturais, de docilidade, submissão, conciliação, fragilidade e tantas outras, com salários mais baixos que os masculinos e diante de uma premissa fundamental: provar diariamente a sua capacidade profissional.

Quanto aos homens suas funções e trabalhos são valorizados e reproduz-se a imagem do provedor familiar, do “homem macho”, forte, o qual desde pequenino é educado a reprimir

sua sensibilidade, pois esta é uma característica de fragilidade reservada às mulheres, cuja expressão máxima “homem não chora” ouvimos tantas vezes.

As mulheres adentraram no espaço público, mas os homens não realizaram o movimento contrário de apropriação das atividades de cunho privado. Daí resulta o desafio das mulheres em multiplicar-se para responder as demandas de ambos os espaços, enfrentando infinitas jornadas de trabalho e, conseqüentemente, as desigualdades de gênero.

O PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O caráter histórico-social de enquadramento da mulher e do homem a papéis sociais distintos, com atribuições específicas e desiguais, também representa interesses econômicos determinados que visam a exploração de homens e mulheres da classe subordinada por outros homens e mulheres da classe dominante.

O percurso histórico da humanidade até a constituição do modelo patriarcal de família é longo, e nesse espaço foram criados, por exemplo, segundo Engels (1977) os conceitos de incesto entre relações consanguíneas, de matrimônio e da monogamia, sobretudo, das mulheres para garantia da legitimidade dos filhos e sucessão dos bens e da família.

Castells (1999, p.169) assenta o patriarcalismo como uma das estruturas fundantes das sociedades contemporâneas que “caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”. Sinaliza para o momento de crise desse modelo familiar e configuração de outros formatos. Para o autor “se o sistema familiar patriarcal desmoronar, todo o patriarcalismo, assim como tudo o mais em nossas vidas, se transformará, gradual e inexoravelmente” (ibid, p.171).

De acordo com Saffioti (1987) a sociedade brasileira não está organizada sobre um único princípio fundante, o patriarcalismo. A autora defende a existência da simbiose patriarcalismo-racismo-capitalismo que se apresenta de forma indissociável e contraditória, pois, segundo ela “se o patriarcalismo e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos” (ibid, p.62). Ainda de acordo com a autora é de interesse das classes dominantes que este sistema de dominação-exploração se perpetue, pois “[...] esta simbiose consolida o poder do macho branco e adulto” (ibid, p.64) e favorece a

ampliação de riquezas do capitalista, pois “[...] é mais fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável” (ibid, p.55).

Desta forma, apenas a eliminação dos resquícios do modelo patriarcal não será suficiente para a superação das formas de opressão e exploração de gênero, se outras estruturas de dominação-exploração continuam sendo reproduzidas, como o racismo, o modo de produção capitalista e, conseqüentemente as diferenças de classe.

O sistema de dominação-exploração se edifica por meio do desenvolvimento da humanidade, das suas diferentes formas de relações e organização, constituição das famílias, dentre elas a patriarcal e inscrição das mulheres no seio do modo de produção capitalista. De um lado a configuração de um formato de família que reconhece a mulher apenas através da figura masculina e valida a opressão desta pelo homem. De outro, o desenvolvimento das forças produtivas que inaugura uma nova forma de dominação-exploração dos homens e mulheres através da exploração de sua força de trabalho. Nesse contexto, a mão de obra de grupos socialmente discriminados como a de mulheres e de crianças são exploradas definindo um novo cenário de trabalho para as mulheres, e a conseqüente duplicação da jornada de trabalho, nas esferas de produção e reprodução do trabalho. Sobre a necessária exploração do capitalista da mão de obra feminina Alambert introduz que

O novo modo de produção exigia a mão-de-obra (*sic*) feminina por ser mais barata e mais “adaptada” a certos trabalhos industriais (sobretudo no setor têxtil). Portanto, a grande massa feminina foi atirada à produção sem instrução, sem formação profissional, sem proteção legal, ficando sujeita ao livre-arbítrio (*sic*) do patrão. Além de tudo, teve também que sofrer a concorrência e a agressividade de seus companheiros, na casa e no trabalho (ALAMBERT, 1986, p.17).

Esse é o cenário de atuação das mulheres a partir de então envoltas pela dupla relação dominação/exploração. A já experimentada opressão no ambiente doméstico é externalizada para o espaço público, agora também seu espaço de trabalho e, conseqüentemente, são submetidas a precárias condições de trabalho, discriminação, extensas jornadas de trabalho, baixas remunerações que exprimem o formato da divisão sexual do trabalho.

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2008) esclarecem que só foi possível pensar em divisão sexual do trabalho a partir do momento que as mulheres concluem que sofrem um tipo específico de opressão, que realizam uma série de atividades que não são reconhecidas como trabalho, questionando-as. Nas palavras das autoras

[...] torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia se desdobrou em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que ele não seja visto, nem reconhecido (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 280).

De acordo com Hirata (2002) a divisão sexual do trabalho pode ser explicada por duas teorias distintas: a teoria do vínculo social e a teoria da relação social. A primeira traz à tona a ideia de parceria, de divisão do trabalho doméstico e profissional entre homens e mulheres, dividindo o campo profissional entre tipos de emprego de acordo com os papéis sexuais. Opostamente, a segunda teoria tem como ideia balizadora justamente a relação antagônica entre homens e mulheres.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho declara que esta “[...] é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder” (ibid, p.280). É válido destacar que “[...] a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino” (KERGOAT, 1993, apud HIRATA, 2002, p.280).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2008, p.266).

A análise dos citados aspectos que caracterizam a organização da divisão sexual do trabalho torna-se fundamental para o reconhecimento das suas expressões rasteiras no mundo do trabalho, entender sua abrangência e, sobretudo, para identificar as raízes de sustentação da

desvalorização do trabalho feminino. Para Cruz (2005) a análise da exploração da força de trabalho feminina não deve estar restrita apenas a lógica do capital, mas considerando outras formas de dominação ideológica, social e política próprias as conjunturas.

BRASIL: GÊNERO E CONFIGURAÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A participação feminina no mercado de trabalho exige segundo Bruschini (1994) uma análise cuidadosa, tendo em vista, que os dados tendem a considerar apenas a parte não doméstica da atividade feminina e ainda a subestimá-la. Os estudos de Bruschini (1994) configuram a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 70 em virtude do momento de crescimento econômico, industrialização e urbanização que o país experimentava, ao tempo em que também se apresentava como necessária a complementação da renda familiar por meio das mulheres. Sobre isto, a autora discorre que as mulheres da classe média seguiram o mesmo caminho das mais pobres, tendo em vista o estabelecimento de um novo padrão de necessidade e consumo, do qual elas eram principal público alvo. Acrescenta outras condições propulsoras da investida feminina no espaço público como as

[...] profundas transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas e pela presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos, facilitam a oferta de trabalhadoras. A queda da fecundidade reduz o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para este processo de transformação (BRUSCHINI, 1994, p.180).

A crescente massa trabalhadora feminina tem a partir de então uma difícil tarefa pela frente. A conciliação de uma jornada de trabalho no espaço público e de tantas outras no espaço privado, estas sem hora para acabar. Nesse momento, foram lançadas a própria sorte à medida que permanecem subjugadas a um modelo familiar de dominação e opressão legitimado socialmente que delega ao feminino as atribuições sagradas de cuidado da prole, do macho e da casa. Apesar da redução do número de filhos às mulheres, sempre é exigido o cumprimento do seu dito papel social natural, a maternidade. Nesse ponto, o tipo de trabalho realizado pela mulher, a remuneração recebida e a estrutura familiar existente possibilitarão a permanência da mulher no mercado, transferindo para terceiros os cuidados com a prole e os

serviços domésticos de forma remunerada ou não, ou o abandono do seu trabalho socialmente reconhecido, salvo se aderir ao trabalho em tempo parcial ou domiciliar.

Atividades formalizadas, com horários regulares de trabalho e maior distanciamento entre a casa e o trabalho são fatores que dificultam a conciliação de responsabilidades. A atividade informal, na qual não há jornadas regulares de trabalho, o trabalho domiciliar e o rural, ao contrário, costumam facilitar o arranjo necessário entre família e trabalho, embora não haja acesso a garantias trabalhistas (BRUSCHINI, 1994, p.185-186).

De acordo com Hirata e Kergoat (2008) no Brasil há o predomínio por grande parcela da população feminina do acúmulo de tarefas domésticas e profissionais onde as mulheres “se viram” de todas as maneiras para cumprir as suas funções. “[...] o acúmulo de tarefas e as práticas de conciliação ocorrem no contexto de uma rede informal de solidariedade bastante ampla que inclui família ampliada, vizinhos, amigos etc.” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p.275).

No cenário contemporâneo brasileiro de reestruturação produtiva, a precarização das formas e relações de trabalho, a privatização, a terceirização e o despontar da informalidade são marcas características também do trabalho feminino. Apesar do acesso de uma pequena parcela das mulheres a profissões tipificadas masculinas, em funções de chefia e comando e da maneira que vem sendo apresentadas como grandes heroínas pela mídia de massa, observa-se, segundo CRUZ (2005) a formação de verdadeiros “guetos ocupacionais”. A segregação ocupacional, como também destaca Bruschini (1994), tem reservado às mulheres atividades que remontam habilidades consagradas como femininas, que remetem as formas de cuidado da mãe e esposa – professoras, enfermeiras, assistente social, domésticas etc. A manutenção desta forma de segregação social e divisão sexual do trabalho tem sido influenciada, ainda em consonância com o posicionamento de Bruschini (1994) pela orientação dada pela família, escola e meios de comunicação para as mulheres e homens seguirem determinadas carreiras ou pelo fato das mulheres escolherem sua profissão já pensando na possibilidade de conciliação de papéis.

Bourdieu (1999) salienta que num mesmo curso, por exemplo, o de Medicina, observa-se o afastamento das mulheres de especialidades dominadas pelo homem como a cirurgia e tendência a áreas como pediatria e ginecologia.

Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou

a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc.) (BOURDIEU, 1999, p.112).

Ao analisar a organização do trabalho feminino e masculino em diferentes bancos brasileiros, Corrêa (2000) conclui que aos homens são reservados setores de poder e as mulheres destinadas a setores onde suas aptidões próprias de mulher são aproveitadas. Explica que

[...] o serviço de compensação de cheques continua sendo um setor predominantemente masculino, fato justificado pelo horário noturno de trabalho que “é mais perigoso para as mulheres”. Por outro lado, nos três bancos analisados, cresceu o número de gerentes do sexo feminino. Mas as mulheres se responsabilizam crescentemente pelas contas pessoais (porque são mais habilidosas no trato pessoal), cabendo aos homens as contas empresariais, ou seja, uma notável ilustração de “ressignificação” dos atributos e funções masculinas e femininas (CORRÊA, 2000, p.259).

O aumento da procura pela força de trabalho feminina é motivado na opinião de Castells (1999) pela possibilidade do contratante pagar menos que a um homem por um trabalho de igual qualificação, pela habilidade da mulher em atividades de gerenciamento de pessoal e pela necessária flexibilidade da mulher como força de trabalho em termos de tempo e horário para entrada e saída, tendo em vista a conciliação com as atividades do ambiente doméstico.

Nesse espaço, deve-se salientar que a análise da inscrição da mulher no mercado de trabalho brasileiro demanda atenção sobre os diferentes aspectos que a recobrem e seus desdobramentos. Seu entendimento requer a observação das diferentes mulheres, seu papel familiar, nível educacional, classe, raça, tipo de trabalho, dentre outras categorias.

A ascensão feminina a cargos de chefia e poder de acordo com Lombardi (2008) é marcada pela constante necessidade de se provar competência profissional e dificultada pela disponibilidade de tempo e dedicação exigida pelos cargos, limitando o acesso de mulheres que são, ou pretendem ser mães. A autora observa que entre as mulheres que alcançam lugar de destaque “[...] é comum aparecer a figura de um homem excepcional, que confiou nelas em um determinado momento da carreira e as indicou para um posto de comando” (LOMBARDI, 2008, p.390) ou ainda que mesmo em função de chefia, vivenciaram na pele os reflexos dos papéis socialmente atribuídos a mulher, quando em reuniões são levadas a recolher por exemplo, as xícaras de café. Outro ponto levantado é a tentativa de enquadrar as mulheres,

quando em cargos de chefia, ao estilo de gerência masculina com o objetivo de masculinizá-las. O acesso ao poder, segundo Bourdieu (1999) deixa a mulher numa situação *double bind*¹, pois ao se comportar como homem corre o risco de perder a feminilidade e contestar a posição natural de poder do homem, e ao preservar a sua feminilidade é rotulada como incapaz para a função.

Constata-se, sobretudo, que “as carreiras das mulheres tendem a não ser lineares, apresentando longos períodos de estagnação e algumas arrancadas abruptas em direção a posições mais elevadas, sendo menos comum a menção da presença de um grupo de referência profissional que as tenha convidado para integrá-lo [...]” (FORTINO, 2002, apud LOMBARDI, 2008, p.390)².

Segundo Bruschini (1994) avista-se a permanência de várias formas de discriminação feminina, com destaque para as diferenças salariais entre homens e mulheres especialmente se relacionadas à categoria de raça.

Mas é a cor, principalmente quando associada ao sexo, das características pessoais a que mais interfere na determinação de desigualdades salariais. [...] trabalhadores pretos e pardos ganham, em média, menos do que homens e mulheres brancas, mas são as trabalhadoras não-brancas (*sic*) as mais discriminadas de todos os grupos, tanto na cidade quanto no campo [...] (BRUSCHINI, 1994, p.195).

Nesse limiar, assenta-se, portanto, a continuidade da reprodução de distintos papéis sociais aos homens e as mulheres, com preponderante valorização moral e remuneratória do trabalho masculino e desvalorização do trabalho feminino remunerado ou não, apesar do crescimento do nível educacional e qualificação das mulheres, e ingresso em atividades profissionais com forte caráter masculino, ou seja, atividades socialmente “de valor”.

CONSTRUINDO O PÚBLICO-PRIVADO E OS PAPÉIS SOCIAIS

Os comportamentos e papéis sociais de homens e mulheres foram construídos historicamente relacionados à posição e o valor das esferas pública e privada respectivamente. Disso resultam a valorização do homem e das suas atividades próprias do espaço público e a desvalorização da mulher e de suas atividades do ambiente doméstico/privado.

¹ Segundo pesquisa realizada no site da Wikipédia a expressão “*double bind*” significa duplo vínculo.

² FORTINO, S. *La mixité au travail*. Paris: La Dispute, 2002.

Para esclarecer sobre a organização desses papéis e espaços Patman (1993) recorre à análise do contrato social e do contrato sexual, tendo o último, segundo a autora, sido sufocado na história. Explica que “a história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante” considerando a ideia limitada de que o contrato sexual se refere apenas a esta esfera, portanto, não tem valor (ibid, p.18). “O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal” (ibid, p.21).

Bourdieu (1999) comenta que as mulheres ficaram durante muito tempo excluídas das questões sérias da humanidade, dos assuntos públicos e, principalmente econômicos, confinadas ao espaço doméstico e às questões relacionadas à reprodução biológica.

Ao observar os comportamentos de homens e mulheres em diferentes comunidades Rosaldo (1979) sinaliza que apesar das mulheres assumirem funções importantes como a administração das finanças, no ambiente familiar tomam a posição de servir aos esposos. As mulheres, segundo a autora, são sempre reconhecidas através de outros, sendo identificadas como mães, esposas e irmãs. Desta forma, “[...] ser, quando se trata de mulheres, é, [...] ser-percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas [...]” (BOURDIEU, 1999, p.118).

Rosaldo (1979) explicita, sobretudo, uma característica fundamental: a diferença no processo de constituição do homem e da mulher. Enquanto o menino aprende a ser homem, processo considerado um feito, uma conquista, a menina torna-se mulher seguindo um movimento natural, cujo destino é ser mãe.

Sobre a famosa frase “ninguém nasce mulher” “torna-se mulher” de Simone de Beauvoir, Saffioti (1987, p.10) reflete que “[...] os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída”. A formação da identidade é “um fenômeno social, estruturando-se em um contínuo processo de identificação estabelecido através da rede de relações sociais, construídas nas diferentes esferas do cotidiano – na fábrica, no sindicato, na casa, no bairro, nos movimentos sociais –, enfim, nos diferentes lugares onde homens e mulheres vivem sua experiência individual e coletiva” (CASTRO e LAVINAS, 1992, apud CRUZ, 2005, p.10).

Existe todo um ritual de construção e formação dos sujeitos. Desde pequenos somos treinados a ter ou não determinados comportamentos de acordo com o sexo. As meninas são ensinadas a não ficar de pernas abertas, a brincar de bonecas, de casinha e a sonhar com o príncipe encantado. Os meninos são ensinados a engolir o choro, sufocar a sensibilidade, brincar de carrinho e com armas, incentivando-se lutas e disputas, características de um homem forte. Saffioti (1987) denomina esse processo de enquadramento da mulher e do homem aos padrões de conduta adequados como castração e sobre ele explica que as mulheres acabam tendo papel importante na reprodução de certos comportamentos machistas. “Quando proibem os filhos de chorar, alegando que “homem não chora”, e exigem que as filhas “se sentem como mocinhas”, estão passando aos mais jovens este sistema de idéias (*sic*) que privilegia o homem em prejuízo da mulher” (ibid, p.34). No entanto, a autora adverte sobre o risco que se corre com esta afirmativa, pois “[...] não se trata de culpabilizar alguém por condutas, cujos significados ideológicos escapam à consciência da pessoa. Ao contrário, trata-se de conscientizar homens e mulheres dos malefícios que o patriarcado-racismo-capitalismo acarreta para ambos; sobretudo para os que integram as classes subalternas” (ibid, p. 64).

Segundo a autora as mulheres são moldadas para a maternidade, para a educação dos filhos, zelo com a casa, satisfação sexual do esposo, transitando entre os modelos de mulheres santa e prostituta.

O movimento feminista foi um dos elementos propulsores da reconfiguração dos papéis sociais, introduzindo o conceito de gênero para a análise dessas relações. Segundo Scott (1991) o conceito de gênero foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas para se referir a forma de organização social entre os sexos e refutar o determinismo biológico. Compreende, portanto, gênero como

Um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1991, p.17).

O debate entre a defesa da bandeira da igualdade ou da diferença marcou o desenvolvimento do movimento feminista, caracterizando o chamado dilema da diferença. Na verdade, ao se entender que igualdade e diferença não são categorias que se opõem, mas sim

interdependentes, o referido dilema da diferença acaba sendo desfeito. Dessa forma, “[...] a própria antítese esconde a interdependência dos dois termos, já que a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não exclui a igualdade” (SCOTT, 1999, apud MARIANO, 2005, p.4).

De acordo com Almeida (2002) isso não significa negar, combater ou anular as diferenças existentes entre os sujeitos, mas “lutar para que as diferenças não sejam recortadas tão-somente ao nível de uma das relações contraditórias e transformadas em fonte de desigualdades” (ALMEIDA, 2002, p.143). Aqui se desdobra a trama elementar para a reflexão proposta: caminhar na direção da conquista de oportunidades iguais, considerando-se, no entanto, as diferenças na relação de gênero, ou seja, “defender a igualdade, não mais em nome de sua capacidade de se assemelharem aos homens, mas sobretudo em nome de seu direito de diferirem deles” (OLIVEIRA, 1999, p.73).

Nessa perspectiva, considerar a categoria gênero é

[...] pensar às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens, as quais são determinadas pelo contexto econômico, social e político, relações construídas historicamente e dialeticamente que se manifestam de formas diferentes em cada época e lugar (DALLAGO, 2010, p.25).

O questionamento pela teoria feminista das desigualdades postas nas relações sociais e de gênero promoveu o enfraquecimento das formas de opressão, a ampliação do acesso das mulheres à educação, ao emprego, a liberdade sexual e a organização de suas vidas. No que tange as mudanças promovidas pelo movimento de mulheres Oliveira (1999) anuncia que a marco fundamental foi à quebra de um consenso ideológico que definia os papéis do masculino e do feminino. “O movimento feminista foi o fio que permitiu às mulheres tecerem um novo desenho na trama do social” (OLIVEIRA, 1999, p.71).

CONCILIANDO DOIS MUNDOS

O caminho percorrido pelas mulheres até o alcance de um leque mínimo de direitos foi longo e sofrido. As amarras que enclausuravam as mulheres aos limites do ambiente doméstico, ao destino de esposas e mães foram rompidas, ocupando-se a partir daí, o tão sonhado espaço público, lutando por igualdade nas relações de gênero e poder. Ser mulher adquiriu um novo status e posição. Caminhou-se em direção ao mercado de trabalho, lutou-se por direitos trabalhistas que reconhecessem as diferenças de gênero e permitissem o direito à

maternidade. Enfim, conquistou-se o reconhecimento enquanto sujeito à medida que adquiriram um trabalho produtivo socialmente reconhecido.

Até então tudo parece ter ocorrido as mil maravilhas. Creio que não! Esse foi o único movimento observado: as mulheres se apropriando do espaço público. O movimento contrário não aconteceu. Por mais que se presenciem no Brasil contemporâneo algumas iniciativas de um pequeno grupo de homens que realizam o caminho inverso, o caminho de reconhecimento do espaço privado como campo que também lhe é devido, estas iniciativas ainda tem como traço constante o caráter de ajuda. As mulheres tomam posse do espaço público, anteriormente de domínio exclusivo masculino, ocupam, apesar de todos os desafios, as carreiras políticas, os cargos de poder e chefia, alcançam o status de chefes de família, abandonando o caráter de renda complementar, mas a elas permanece intacta a posse do espaço privado. Em síntese: “o papel feminino mudou sem que o papel masculino fosse fundamentalmente tocado” (OLIVEIRA, 1999, p.55). Registra-se, portanto, nesse desnivelamento de responsabilidades o agente decisivo para a sobrecarga de trabalho feminina, caindo as mulheres na “armadilha da igualdade”³.

As mulheres modernas encontram-se numa zona de conflitos sufocante que demanda ao mesmo tempo, respostas instantâneas a diferentes necessidades. A chamada conciliação de tarefas apresenta-se como um grande desafio que exige da mulher a organização do tempo disponível, o desdobramento para diferentes funcionalidades e a realização de escolhas. Na tentativa de permanecer ativa no mercado de trabalho e continuar correspondendo as expectativas de função de mãe e dona de casa, as atividades domésticas e de educação dos filhos são delegadas a terceiros, o que nem sempre é feito sem deixar marcas de culpa pelo “abandono” de sua função sagrada. Nesse ponto, manifestam-se os resquícios de uma forma de organização social que oprime o feminino e associa a mulher a um determinado papel social.

Mesmo que implicitamente, as formas de enquadramento social continuam cercado as mulheres. Quando meninas são ensinadas a se comportarem como mocinhas; quando adultas são questionadas sobre o namorado e, quando enfim o conquistam, sobre o casamento;

³ Expressão utilizada por Rosiska Darcy Oliveira no título do capítulo II da obra “Elogio da Diferença: o Feminino Emergente”.

quando casadas sobre os filhos. Quantas mulheres ainda ficam desesperadas em não encontrar o príncipe encantado temendo “ficar pra titia”?

Apesar das novas configurações sociais e familiares as mulheres são, frequentemente, questionadas ao se afastarem desses padrões de comportamento. Quando não desejam a maternidade, contrapondo-se ao seu destino natural, são percebidas como seres estranhos e que não devem lá ser boa coisa. Ao decidirem pela maternidade e tentar conciliá-la com as demais atividades do mundo público são culpabilizadas por transferirem para outros as responsabilidades sobre o cuidado dos filhos e não ter tempo para cuidar do marido. Por outro lado, se as mulheres se dedicam exclusivamente aos cuidados da família são também desvalorizadas socialmente tendo em vista, de acordo com Bourdieu (1999) que o trabalho doméstico por não ter retribuição financeira passa despercebido. Quem nunca ouviu a máxima: “– Ela trabalha? – Não, ela é dona de casa”. As atividades realizadas pelas mulheres sejam com a organização da casa, sejam com o cuidado do marido e educação dos filhos são desvalorizadas em virtude da sua invisibilidade.

É tão completo o silêncio que mesmo as mulheres, acordes com o espírito de sacrifício que lhes é inculcado, concordaram em ignorar esse trabalho essencial por elas desenvolvido ou, pelo menos, em esquecê-lo logo que terminado. Pergunte a qualquer mulher sobre o que ela fez enquanto seus filhos eram pequenos. “Ah! Nada de importante. Vegetei.” (OLIVEIRA, 1999, p.70).

São questões como estas que precisam ser desveladas e transformadas em posturas críticas que instiguem a valorização das atividades típicas do privado e a desmistificação opositora entre o público e o privado.

Determinadas carreiras profissionais dificultam o acesso de mulheres, pois desconfiam que ao se tornarem mães, elas não poderão se dedicar inteiramente ao trabalho, coagindo muitas mulheres a optarem entre a profissão e a maternidade; ou ainda, estabelece-se um clima de insegurança nos empregos de maneira que muitas mulheres amedrontadas são cooptadas a diminuir o período de afastamento do trabalho durante a licença maternidade. Ao ocuparem cargos de poder, antes exclusivamente masculinos, são testadas continuamente e cobradas a se comportarem dentro do padrão masculino de poder, cujo interesse é ofuscar a feminilidade da mulher que não se adéqua ao cargo e não impõe respeito a outros.

Segundo Oliveira (1999), as mulheres são aprisionadas numa lógica dupla e contraditória, onde deverá pensar, agir e trabalhar como homem para ter sucesso e ser respeitada, mas deve ser feminina para ser amada. A autora explica que a entrada das mulheres no espaço masculino dilacera o feminino e, por isso, torna-se indispensável à reconstrução do feminino.

As múltiplas jornadas de trabalho feminino constituem-se como verdadeiros desafios ao cotidiano das mulheres que se deparam com tantas obrigações e papéis outorgados socialmente que as fazem se sentir como próprias equilibristas tentando corresponder a diferentes expectativas em meio a muita correria. O grau de opressão feminina não pode se manifestar melhor de outras formas. Estas mulheres geralmente possuem mais de um vínculo empregatício ou trabalham o dia todo, precisam de uma forma ou de outra buscar qualificação profissional por meio da realização de cursos e especializações, são mães, esposas e donas de casa. No dinamismo de seu dia a dia ainda tem que criar uma brecha para cuidar da aparência e preservar a feminilidade, não correndo o risco de desapontar o esposo e dá margem para a procura de outra mulher.

A mulher, frequentemente tem dupla ou mesmo tripla jornada de trabalho, salário desigual, convivência com homem que nem sempre compartilha com ela as tarefas domésticas, experimenta culpa por “abandonar” a família quando sai para o trabalho e... por tanta coisa, muitas vezes tem vontade de largar tudo e entregar os pontos. Na verdade, ela comumente deseja jogar a toalha no ringue - bordada a mão pela vovó - e... sumir (SAAD, 2005, p.4)!

Para conciliar estas diferentes tarefas as mulheres brasileiras, segundo HIRATA e KERGOAT (2008) quando são executivas e profissionais de nível superior que trabalham em tempo integral, delegam as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos às empregadas, faxineiras e babás, diferentemente do que ocorre com as mulheres de classe baixa que tem que aprender a “se virar”.

As mulheres das camadas operárias e populares “se viram”, tanto no âmbito profissional, pela aceitação de atividades, informações e de empregos precários, quanto no âmbito doméstico, deixando a outros membros da família (filhos mais velhos) e às vizinhas as tarefas ligadas às crianças em idade pré-escolar (HIRATA; KERGOAT, 2008, p.276).

A conquista do espaço público “teve um preço que as mulheres estão pagando sozinhas” (OLIVEIRA, 1999, p.54), sendo conduzidas, sobretudo, ao esgotamento físico e psicológico em virtude da sobrecarga provocada pelo deslocamento entre os dois mundos.

Pode-se considerar como fator determinante para a formatação desse quadro de pesos desiguais que a “igualdade nasceu capenga e a relação entre os sexos resultou numa estranha conta de somar: feminino + masculino = masculino” (OLIVEIRA, 1999, p.56), denominada pela autora de feminino de soma zero.

A procura da tão falada igualdade conduziu as mulheres a níveis extremos de opressão e exploração. Nessa conjuntura, torna-se cada vez mais necessária a ampliação dos equipamentos de apoio às mulheres trabalhadoras como creches e escolas e a transversalização de gênero⁴ em todas as políticas públicas de forma a “garantir a promoção social, econômica, política, cultural etc. das mulheres” (SARDENBERG, 2010, p.47).

Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc.(SARDENBERG, 2010, p.47).

Não obstante, acredita-se que o movimento de apropriação do privado pelo homem proposto por Oliveira (1999) é fundamental para diminuição do sobrepeso nas costas femininas, o equilíbrio dessa balança e quem sabe a reconstrução da identidade feminina. Ressalta-se, no entanto, que a tarefa ultrapassa estas perspectivas. A reflexão deve direcionar-se, especialmente, sobre as formas e relações de trabalho e o nível de exploração imposto pelo capital que rege as nossas vidas ao seu prazer, subjugando o corpo, a alma e a mente de homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inscrição feminina no espaço público não ocorreu sem problemas. Esse processo foi acompanhado por uma distribuição desigual de atividades, tendo em vista que o necessário movimento de reconhecimento e apropriação do espaço doméstico pelo homem não ocorreu, apresentando-se ainda com caráter de ajuda e função social feminina, vestígios da antiga forma de organização social patriarcal.

⁴ Sobre a transversalização de gênero consultar: SARDENBERG, Cecília M. B. DA TRANSVERSALIDADE À TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO aportes conceituais e prático-políticos. **In: Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Ivya Alves, T781 Marai de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330 p. (Coleção Bahianas; 12).

As marcas da não realização do movimento de valorização do privado estão na pele das mulheres modernas responsáveis pela conciliação de diferentes jornadas de trabalho e papéis sociais. São profissionais, estudantes, mães, esposas e mulheres ao mesmo tempo. A disponibilização da rede de apoio, a incorporação da categoria gênero às políticas públicas e insisto, a aproximação entre os mundos público e privado, desconstruindo a relação opositora que os fundamenta e continua alimentando as desigualdades de gênero tornam-se imprescindíveis para o equilíbrio dessa balança e reconfiguração do feminino e do masculino.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. (Cap.2). MARX e ENGELS – A Questão Feminina como Questão Social. (Cap.3). ENGELS – A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. In: **FEMINISMO: O Ponto de Vista Marxista**. São Paulo: Nobel, 1986, p.15-37.

ALBUQUERQUE, Vivian Matias dos Santos. **DIVISÃO Sexual do Trabalho: complementaridade ou conflito?** **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar** – Nº 13; Maringá/Paraná; 2007.

ALMEIDA, Suely Souza de. Revendo as bases para o debate. In: **FEMICÍDIO, algemas (in)visíveis do público privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002, p.135-165.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Política Para As Mulheres Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL, Brasília, jan. 2005. Disponível em:<http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In: **Revista Estudos Feministas**. N.E/1994, p.179-199.

CASTELLS, Manuel. “O Fim do Patriarcalismo: Movimentos Sociais, Família e Sexualidade na Era da Informação”. In: **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Sônia. Processos de Trabalho e Gênero: o que muda e o que permanece. In: ROCHA, Maria Izabel Baltar (Org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP/Nepo/UNICAMP, 2000, p. 257-262.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O Feminismo no Brasil: uma (breve) Retrospectiva**. In. 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa: Pensando Gênero e Ciências, 2, 2010, Anais. Brasília: SEPM, 2010. p. 23-47.

CRUZ, M. Helena Santana. Matrizes Teóricas nos Estudos de Gênero. In: **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS. 2005, p.1-31.

DALLAGO, Cleonilda S. T. **A Relação de Gênero como Parte Constitutiva de Discussão do Exercício Profissional do Assistente Social**. I Simpósio Sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Federal de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

ENGELS, F. **A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro Editora, 2002, p.29-116.

FARAH, Martha Ferreira. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**, FH/CCE/UFSC, v.12 n.2/2004, p.47-71.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. **Revista fato&versões/n.2,v.1/p.3-16/2009**.

HIRATA, Helena. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002, p.273-289.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: Orgs. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINE, Cristina; HIRATA, Helena. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, p. 263-278.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, Feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Rev. Katál. Florianópolis** v. 13. N. 1. jan./jun. 2010. p. 66-75.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e gerente: Desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, p. 387-402.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Igualdade e Diferenças nas Teorias Feministas**. ANPUH-XXIII – Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Rosiska de. Cap. 2. A armadilha da igualdade. In: **Elogio da Diferença: o Feminino Emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.52-90.

PATMAN, Carole. Fazendo Contratos. Confusões Patriarcais. In: **O Contrato Sexual**. Paz e Terra, 1993, p.15-65.

PINHEIRO, José Cavalcanti. **O Patriarcado Presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência**. Florianópolis/UFCS; Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder, 2008.

ROSALDO, Michele Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michele Z. E LAMPHERE, Louise (coords). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, p.33-64.

SAAD, Ambrozina, A. Coragem. **A difícil relação homem-mulher: as vicissitudes do convívio com as diferenças**. XX Congresso Brasileiro de Psicanálise, Brasília/DF, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

SARDENBERG, Cecília M. B. DA TRANSVERSALIDADE À TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO aportes conceituais e prático-políticos. In: **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Ivya Alves, T781 Marai de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. – Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. 330 p. (Coleção Bahianas; 12).

SCOTT, Joan. **Gênero, Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. (tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, 1991.

TEDESCHI, Antônio; RAMOS, Antônio Davi (Org.). **Temas sobre gênero e interculturalidade**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

OLIVEIRA, Darcy de. A Reengenharia do Tempo. In: **Trabalho e Sociedade**. – Rio de Janeiro – Ano 1 – Nº2, 2001, p.25-29.